

Convergência da Contabilidade aos Padrões Internacionais

Renata da Silva Sousa¹

RESUMO

Este trabalho demonstrou os principais passos de uma conversão às normas contábeis internacionais bem sucedidas, assim como seus benefícios e impactos provocados na estrutura da organização, citando as principais fases para se adaptar ao novo padrão, sugerindo um melhor caminho e os passos para uma implementação com sucesso. A conclusão é que o estabelecimento de normas contábeis internacionais beneficiará os usuários e preparadores de demonstrações financeiras ao promover consistência, comparabilidade, confiabilidade e maior transparência nas demonstrações financeiras divulgadas pelas empresas ao redor do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade; Convergência; Padrões internacionais.

ABSTRACT

This study showed the main steps of a conversion to the successful international accounting standards, its benefits and also the impacts caused in the organization structure. We point out the main stages to adapt to the new standards, suggesting the best way and steps to ensure a successful implementation. We concluded that establishing of international accounting standards will benefit users and furnishers of financial statements, promoting consistency, comparability, reliability and better transparency to the financial statements issued by organizations around the world. As a result is expected an increase of foreign investments, and a reducing of the cost of issuing multinational information in many differing accounting standards.

KEY-WORDS: Accounting; Convergence; International standards

1 A CONTABILIDADE E A EVOLUÇÃO DE SEUS OBJETIVOS

Hendriksen e Van Breda (1999) colocam a Contabilidade como base para o crescimento do capitalismo, sendo, para os autores, a história da Contabilidade a história da nossa era, além de uma fonte para historiadores. Graças aos livros contábeis, muito se pode descobrir a respeito do passado ou da vida de seus mantenedores, como Isaac Newton e John Wesley.

Apesar de existirem registros e informações “contábeis” datados de 2000 a.C. na China, apenas no século XIV tem-se o surgimento da contabilidade, na Itália Renascentista, sendo a publicação do livro *Geometria Proportioni et Proportionalità*, do Frei italiano Luca Pacioli, considerado como marco inicial.

Nesses sete séculos, foi grande a evolução da Contabilidade, sob uma ótica interna. Já no século XVIII, um dos principais objetivos da Contabilidade era a elaboração de relatórios para proprietários ausentes e as informações passaram a ser demandadas por acionistas, investidores, credores e pelo governo.

Juntamente com esse aumento do escopo contábil, surge a necessidade de uniformizar os sistemas e práticas contábeis, sendo esse o início da era da regulamentação e a busca por um sistema contábil

¹ Aluna do curso de Pós Graduação em Finanças Corporativas e Controladoria da FUMEC -. R. Elias Perpétuo de Oliveira, 589 - B. Industrial - Contagem / MG – CEP 32.223-040. E.mail: renata.sousa@vale.com

“uniforme”. Essa evolução, ou melhor, esses questionamentos, acabaram por deslocar o objetivo da Contabilidade. A ascensão do papel do investidor tirou o foco da apresentação de informações à administração e aos credores, para o fornecimento de informações financeiras aos investidores e acionistas dos anos 20 e 30.

Para Radebaugh e Gray (1993, p. 3):

Desde o início de 1900, a rapidez das mudanças e o crescimento da complexidade da economia industrial mundial necessitavam ainda de maiores mudanças na contabilidade. Fusões, aquisições, e o crescimento das corporações multinacionais fomentaram novos relatórios internos e externos, além dos sistemas de controle. A expansão do domínio das modernas corporações trouxe novos procedimentos de auditoria e publicação, e as novas agências tornaram-se responsáveis pela promulgação de normas contábeis: bolsa de valores, comissões de valores mobiliários, receita federal, entre outros.

Para Chevalier (1996), com o crescimento dos fluxos de capitais e do comércio entre nações ocorrido na última década, a controvérsia uniformidade versus flexibilidade dos princípios contábeis, deslocou-se do nível nacional para ter relevância internacional.

Na visão de Radebaugh e Gray (1993, p. 3):

Finalmente, com o dramático crescimento dos investimentos estrangeiros e do comércio mundial e a formação de grupos econômicos regionais como a Comunidade Européia, aumentaram os problemas em relação aos negócios internacionais. Este fenômeno permanece particularmente complexo, pois envolve a reconciliação das práticas contábeis de diferentes nações em qual cada multinacional opera, assim como a solução de problemas contábeis específicos para negócios internacionais.

A Contabilidade, segundo normas internacionais, permite aos investidores analisar as demonstrações financeiras de uma empresa, mesmo desconhecendo as regras do país no qual a companhia está instalada.

Para Turner (1983, p. 58):

O maior benefício que poderia fluir da harmonização seria a comparabilidade das demonstrações financeiras internacionais. Esta comparabilidade eliminaria as correntes desconfianças sobre a confiabilidade das demonstrações financeiras “estrangeiras” e removeria um dos principais e mais importantes impedimentos para o fluxo internacional de investimentos [...].

1.1 Contabilidade Gerencial e Financeira

Para Horngren, Sundem e Stratton (2004, p. 4), a contabilidade gerencial refere-se à informação contábil desenvolvida para gestores dentro de uma organização: “Ela é o processo de identificar, mensurar, acumular, analisar, preparar, interpretar e comunicar informações que auxiliem os gestores a atingir objetivos organizacionais”.

Na mesma linha de Horngren, Sundem e Stratton (2004), a contabilidade gerencial é para Atkinson *et al.* (2000, p.36-37), o processo de identificar, mensurar, reportar e analisar informações sobre os eventos econômicos das empresas.

Atualmente, a informação gerencial contábil inclui informações operacionais ou físicas (não financeiras), tais como qualidade e tempo de processamento, tanto quanto informações mais subjetivas, como mensurar o nível de satisfação dos clientes, capacitação dos funcionários e desempenho do novo produto. Ela mede o desempenho econômico de unidades operacionais descentralizadas, como as unidades de negócios, as divisões da empresa à execução da estratégia individual de cada unidade operacional. É também um dos meios pelo qual operadores, funcionários, gerentes intermediários e executivos recebem feedback sobre os seus desempenhos, capacitando-os a aprenderem com o passado e melhorarem para o futuro (ATKINSON *et al.*, 2000, p. 36-37).

Horngren, Sundem e Stratton (2004, p. 4-5) referem-se à contabilidade financeira como “informação contábil desenvolvida para usuários externos, como acionistas, fornecedores, bancos e agências regulatórias governamentais”.

De acordo com Sloan (2000), a contabilidade financeira é um ingrediente chave no processo de governança corporativa. Embora os gerentes não sejam os principais usuários da contabilidade financeira, pois se utilizam prioritariamente das informações vindas da contabilidade gerencial para a tomada de decisão, é por meio da contabilidade financeira que o resultado da sua administração é divulgado para o público externo e o seu desempenho é avaliado. Nesse sentido, de acordo com Sloan (2000), a contabilidade financeira fornece aos usuários externos a fonte primária e independente de verificação sobre o desempenho dos gerentes.

De acordo com Atkinson *et al.* (2000, p. 37):

Durante o século passado a contabilidade para a clientela externa tornou-se uma exigência total por causa do crescimento das regulamentações e da quantidade de relatórios externos padronizados. As exigências dessa clientela levaram muitas empresas a colocarem mais ênfase no desenvolvimento de informação para demonstrações financeiras externas do que para a tomada de decisão e controle gerencial internos. Como resultado, o sistema de contabilidade gerencial, na maioria das empresas, comprovou-se inadequado para condições de mudanças e de desafios competitivos, tecnológicos e mercadológicos.

Jopseph *et al.* (1996) estudaram a influência dos requerimentos relativos à divulgação de informações financeiras no desenho dos sistemas internos e no processo de decisão dentro das organizações. Foram encontradas pequenas evidências sobre a crença de que a contabilidade financeira domina a gerencial. Não estão claros os achados a respeito do impacto dos relatórios externos nas decisões gerenciais. Evidências mostram que a contabilidade gerencial é tecnológica, organizacional e profissionalmente subordinada à contabilidade financeira, no Canadá. De acordo com o autor:

[...] a contabilidade gerencial não tem condições de se desenvolver de acordo com suas preferências porque (1) ela usa os critérios da contabilidade financeira para julgar a qualidade dos sistemas de contabilidade gerencial, (2) a contabilidade gerencial possui uma posição de subordinação em áreas da organização que principalmente são de contabilidade financeira, (3) há dominância da contabilidade financeira nos materiais acadêmicos, (4) existe o julgamento no mercado de trabalho que a contabilidade financeira pode substituir a contabilidade gerencial (mas não o contrário), (5) é necessário que jovens profissionais ganhem e retenham apoio para se estabelecer interesse na sociedade.

Toms (2005) apresenta um modelo onde a contabilidade gerencial e a contabilidade financeira poderiam, em determinadas circunstâncias, existirem de maneira complementar. Para Brown

(1987), a neutralidade que é tão importante para a contabilidade financeira pode ser inapropriada para a contabilidade gerencial. A comparabilidade das informações entre empresas é fundamental para a contabilidade financeira, mas possui menos relevância para a contabilidade gerencial. O alcance de comparabilidade requer uso de normas contábeis, as quais podem fazer da contabilidade financeira algo restrito e inflexível.

A contabilidade financeira, sem neutralidade, baseia-se no conservadorismo. Entretanto, a contabilidade financeira com neutralidade, utiliza-se do conceito de subjetivismo responsável, citado por Iudícibus e Carvalho (2001). A contabilidade gerencial, ao elaborar um orçamento anual, por exemplo, também esbarra nas questões de neutralidade. Pearlstein (1988) entrevistou Robert Kaplan sobre as relações entre a contabilidade gerencial e a financeira. Para o entrevistado, existem dois tipos de contabilidade.

2 A NECESSIDADE DE CONVERGÊNCIA DAS PRÁTICAS INTERNACIONAIS

Inicialmente, é importante esclarecer a terminologia utilizada neste trabalho. Outrora, o termo mais apropriado para a utilização de um conjunto internacional de normas contábeis era padronização, que foi depois alterado para harmonização. Atualmente, o vocábulo mais utilizado é convergência. Para Niyama (2005, p. 39):

É verdade que o termo harmonização tem sido algumas vezes associado incorretamente com “padronização” de normas contábeis. Harmonização é um processo que busca preservar as particularidades inerentes a cada país, mas que permita reconciliar os sistemas contábeis com outros países de modo a melhorar a troca de informações a serem interpretadas e compreendidas, enquanto padronização é um processo de uniformização de critérios não admitindo flexibilização.

Nos últimos anos, é possível perceber como o tema contabilidade internacional e convergência contábil tem tomado espaço, não só no meio acadêmico, mas também na mídia em geral. Se outrora os países tinham certo receio em abrir mão de suas normas contábeis nacionais em favor de um conjunto de regras internacionais, a possibilidade do aumento de investimentos estrangeiros na economia interna tornou latente a necessidade de convergência. Nesse contexto, surge a Contabilidade Internacional que, segundo Carvalho, Lemes e Costa (2006, p. 15), “surgiu para minorar as agruras de quem quer investir fora de seu país e até hoje tinha que manusear balanços em dezenas de normas contábeis distintas, tentando compatibilizá-las para comparar.”

A justificativa da necessidade da convergência contábil, como um dos efeitos da globalização e da internacionalização do capital, é praticamente unânime na doutrina contábil.

Gadea e Gastón (1998) acreditam que o processo de internacionalização se iniciou há algumas décadas, porém, só recentemente foi expandido para a área contábil, pela necessidade dos usuários das informações financeiras em nível internacional.

Mesmo nos Estados Unidos, que sempre defenderam sua soberania, além de um sistema nacional forte representado pelas normas do FASB, a necessidade de um sistema contábil internacional tem sido questionada. A possibilidade de se registrar uma mesma transação de formas diferentes, dependendo do país de origem, fato esse que pode impactar em diversas contas da empresa, bem como no patrimônio líquido e no lucro da empresa, perdendo, assim, a comparabilidade entre demonstrações oriundas de diferentes Estados. Um exemplo dessas diferenças é o da *Daimler-Benz*,

que na conversão do padrão alemão para o do FASB, no balanço do primeiro semestre de 1993, a empresa partiu de um lucro de 168 milhões para um prejuízo de 949 milhões de marcos alemães.

Na referida matéria (JORNAL GAZETA MERCANTIL, 2000, p. 14), existe uma indagação, que poderia parecer jocosa, mas que permite visualizar a dimensão do problema: “a simples travessia do Atlântico gerou tal prejuízo?”

Para a Deloitte (2006), essas diferenças dificultam a análise e a comparação das empresas entre diversos países. Todos os demais números do balanço comportam estimativas, julgamentos e juízos de valor.

As vantagens que a harmonização contábil proporcionaria são inúmeras: entre as mais citadas, encontram-se: a diminuição do custo de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis por parte das empresas multinacionais, que passariam a seguir apenas uma norma; a facilitação da consolidação das demonstrações contábeis; a facilitação da análise por parte dos usuários; e um maior domínio dos sistemas contábeis por parte dos auditores. Diante da relevância dessa necessidade, em 1995, o *International Organization of Securities Commission (IOSCO)* firmou acordo com o IASC, no qual se comprometeu a exigir que todas as bolsas de valores se mobilizassem em atender às normas contábeis internacionais, razão essa que levou a CVM a iniciar seus esforços na busca da convergência contábil.

2.1 Organismos Internacionais

Diversos são os órgãos que estão discutindo a convergência contábil. A grande maioria desses organismos está vinculada às entidades profissionais ou ao mercado de capitais. Essa seção se destina a enumerar e contemplar as principais características do IASB e do IFAC, os dois organismos citados no comunicado do BACEN.

2.1.1 International Federation of Accountants (IFAC)

O IFAC foi fundado em 1977, no décimo primeiro Congresso Internacional de Contadores, em Munique, Alemanha. Entre os anos de 1983 e 2000, esteve em vigor um acordo firmado com o IASB cujos objetivos podiam ser resumidos na cooperação que o IFAC exigia de seus membros, a fim de se buscar a adoção das normas do IASB. Em 2000, tal acordo foi rescindido em virtude da reestruturação do IASB. Mas, mesmo assim, dentre os objetivos do IFAC, está previsto o apoio ao IASB.

Um aspecto importante em relação à formação do IFAC foi a preocupação com temas relacionados à educação contábil, à ética, à contabilidade gerencial e à auditoria. Apesar dessas áreas ainda existirem, o foco do IFAC é a emissão de normas internacionais destinadas à auditoria, as *International Standard on Auding (ISAs)*.

A harmonização das normas de auditoria é considerada uma tarefa mais fácil que a harmonização das normas contábeis propriamente ditas. Nas palavras de Radebaugh e Gray (1993, p. 552), “[...] é provavelmente mais fácil desenvolver normas de auditoria que desenvolver normas e práticas contábeis aceitáveis por que as primeiras podem ser usadas como ferramentas para verificar a

precisão e confiabilidade das segundas”. Outro aspecto relevante na harmonização das normas de auditoria é a presença de firmas de auditorias globais que acabam por determinar regras de atuação para todos os seus auditores espalhados pelo mundo.

A representação do Brasil dá-se por meio do IBRACON.

2.1.2 International Accounting Standards Board (IASB)

A necessidade de estudos comparativos, entre diferentes regras contábeis ao redor do mundo, acabou por desencadear uma proposta de um grupo de estudos em 1966. Nessa proposta inicial, participavam os países: Canadá, Reino Unido e Estados Unidos. No ano seguinte, foi formado o Accountants International Study Group.

Segundo Carvalho, Lemes e Costa (2006, p. 16), sua criação foi uma reação à criação do FASB, que era uma “instituição sem fins lucrativos, privada, total e exclusivamente voltada para a elaboração de normas contábeis.”

As demais economias desenvolvidas reagiram, preocupadas com o que poderia ser mais um sinal de hegemonia dos americanos dos Estados Unidos nos negócios mundiais, já que estes se preparavam para construir um robusto conjunto de normas contábeis baseadas em fundamentos econômicos-financeiros sólidos (CARVALHO; LEMES; COSTA, 2006, p. 16).

Surge com uma bandeira genuinamente supranacional no sentido de que não encampa norma nacional de jurisdição alguma e tem suas normas construídas inteiramente sob a perspectiva internacional (CARVALHO; LEMES; COSTA, 2006).

Para Nobes (2000, p. 3):

Em 1973, um grupo de visionários contadores iniciou o International Accounting Standards Committee (IASC). Os objetivos eram formular normas contábeis para apresentação das demonstrações financeiras, promover a aceitação e aplicação mundial dessas normas; e trabalhar para a melhoria e harmonização das regulamentações, normas contábeis e procedimentos relativos à apresentação das demonstrações financeiras.

Em 2001, o IASC passou por diversas mudanças tornando-se uma fundação de apoio a um novo órgão o *Intenational Accounting Standards Board* (IASB) (FIG. 1) composta atualmente por um grupo de 22 conselheiros. Suas responsabilidades, também, são segmentadas. Assim, compete à Fundação IASC supervisionar o IASB e prover os fundos necessários e ao IASB compete toda emissão de normas contábeis internacionais. Essa nova estrutura visou a garantir uma maior independência ao órgão emissor das normas.



FIGURA 1 - Estrutura Organizacional do IASB
 Fonte: DELOITTE, 2009.

Quando o IASB substituiu o IASC, todas as normas vigentes foram absorvidas pelo novo órgão, continuando válidas, porém, aos poucos foram sendo substituídas pelas IFRS.

Segundo Deloitte (2006, p. 10):

O termo IFRS pode ser usado em sentido estrito ou amplo. Estritamente, IFRS refere-se à nova série de pronunciamentos que o IASB está emitindo, e se distingue da série de IASs emitidas pelo órgão predecessor. Mais amplamente, as IFRSs referem-se a todo conjunto de normas emitidas pelo IASB, incluindo normas e interpretações aprovadas pelo IASB, as IASs, e as interpretações do SIC aprovadas pelo IASC.

Deve, ainda, fazer menção explícita à utilização do GAAP.

Esse acordo significa um grande avanço para a contabilidade global, pois as normas americanas eram muito utilizadas em nível internacional devido ao fato de serem obrigatórias para as empresas americanas, suas subsidiárias e para empresas com ações negociadas nas Bolsas de Valores Americanas.

3 AS IFRS

As IFRS são normas ou padrões contábeis elaborados pelo IASB, uma entidade independente, situada em Londres. Essas normas foram desenvolvidas para serem aplicadas às demonstrações contábeis das companhias abertas listadas em bolsas de valores ao redor do mundo, de maneira igualitária e irrestrita.

Entre 1973 e 2000, as normas internacionais foram publicadas pelo predecessor do IASB, o IASC, um comitê emissor de normas fundado, em 1973, por profissionais de contabilidade e representantes da classe no Canadá, Austrália, França, Alemanha, Holanda, Japão, México, Reino

Unido, Irlanda e Estados Unidos. Durante esse período, as normas do IASC eram chamadas de IAS. Amin Mawji, um dos sócios da divisão de consultoria para publicação de demonstrações contábeis da Ernst Young, fez uma avaliação após três anos da obrigatoriedade das IFRS na UE (HUGHES, 2008). Hughes (2008) mencionou que no primeiro dia da conversão do UKGAAP para as IFRS no Reino Unido, uma equipe da *PriceWaterhouseCoopers* monitorou o preço das ações diante da apresentação dos resultados sob o padrão internacional. Do lado negativo, é possível enxergar problemas com a fascinação atual do IASB (e do FASB) com a contabilidade praticada à *fair value*, que é o valor que o mercado está disposto a pagar por um ativo no momento exato da sua apuração. Significa dizer que, inevitavelmente, haverá diferenças substanciais entre os países na aplicação da norma referente a esse assunto, o que incorpora na contabilidade um risco grande, inicialmente superável, em prol da convergência.

Para o *Commonwealth Bank of Australia*, o maior banco da Austrália e o primeiro dos quatro grandes bancos daquele país a publicar seus relatórios financeiros em IFRS, um dos maiores desafios é educar o mercado sobre o assunto da transição e a prioridade é explicar por que as alterações do padrão contábil podem causar volatilidade nas demonstrações (FRY, 2008). Em uma empresa que detém diversos ativos financeiros, essa alteração à prática da contabilidade é uma fonte de ganhos e perdas imprevisível, independentemente da venda do ativo.

Para Aaron Anderson, diretor de políticas contábeis e responsável pela implementação das IFRS na IBM, empresa que atualmente está implementando as IFRS em 60 países de todos os continentes, entre as vantagens de mudar para um único sistema de contabilidade estão as economias de escala e a eficiência estrutural do sistema contábil da empresa (TAYLOR, 2008). Em abril de 2008, 27 países membros da UE, além da Austrália e da África do Sul, já haviam transitado integralmente para as IFRS. Nos próximos anos, esse conjunto de países aumentará com a participação do Japão, Coreia do Sul, Canadá e Estados Unidos. Atualmente, cerca de 100 países aceitam as IFRS, mas a expectativa do IASB é que esse número aumente para 150 países até 2011.

3.1 Benefícios da harmonização das normas contábeis

A necessidade de promover a convergência das práticas contábeis adotadas por empresas e outras organizações na preparação de demonstrações financeiras, no âmbito mundial, levou à criação, em 1973, do *International Accounting Standard Board* (IASB), órgão independente cujo objetivo é promover um conjunto único de normas contábeis globais compreensíveis, com informações de alta qualidade, comparáveis, para poder ajudar na tomada de decisões econômicas. Essas normas internacionais de contabilidade recebem a denominação de *International Financial Reporting Standards* (IFRS).

Barth, Landsman e Lang (2008, p. 467-469) examinaram se a aplicação das IFRS está associada a uma melhora das informações contábeis. Daske *et al.* (2008) examinaram as consequências da divulgação das IFRS no mundo e descobriram que, em média, a liquidez do mercado aumenta em torno do período em que a IFRS é introduzida. Também foi observada uma redução no custo de capital das empresas e um aumento nas *equity valuations*, mas somente se forem contabilizadas antes da data oficial de adoção. Ball, Kothari e Robin (2000) estudaram a influência política na contabilidade, diferenciando os países da amostra entre *Code Law* e *Common Law*. Os autores apontaram que quando a contabilidade é feita de forma politizada, há uma diminuição da

necessidade de demonstrações financeiras pontuais e conservadoras e um aumento da necessidade de divulgação de resultados com baixa volatilidade.

Muito embora estudos empíricos evidenciem a melhora na qualidade das informações contábeis com a adoção do IFRS, desde a criação do IASB, a participação do *Financial Accounting Standards Board* (FASB), órgão norte-americano responsável pela emissão dos *United States Generally Accepted Accounting Principles* (US GAAP), no projeto de aprovação de um conjunto único de normas de aceite mundial tem sido pífia ou, em algumas discussões, beira o desprezo, já que muitos de seus membros acreditavam na superioridade das normas norte-americanas, frente às outras normas (LEMES; CARVALHO, 2006).

De acordo com Carvalho e Lemes (2006), os recentes escândalos envolvendo grandes empresas abalaram um dos alicerces fundamentais do relacionamento entre empresas e investidores: a questão da confiança. Consequentemente, elevou-se a demanda por mais informações relevantes, o que aumenta ainda mais a importância da transparência das demonstrações financeiras.

Diante das crises de confiabilidade do mercado e motivado pela crença de que maior transparência nas informações possa reduzir os custos do capital, reduzir os custos de adequação das demonstrações financeiras para outro conjunto de normas, reduzir riscos, e, conseqüentemente, atrair mais investimentos, o FASB assinou em 2002 o Memorando de Entendimento com o IASB (LEMES; CARVALHO, 2004).

4 CONCLUSÃO

A eficiência do mercado de capitais e a diminuição dos custos de captação de recursos externos estão entre os principais benefícios que decorrem do processo de harmonização das normas contábeis. Logo, a adoção de práticas contábeis comuns em âmbito internacional é de grande interesse por parte dos países deficitários, ou seja, aqueles carentes de recursos para financiamento de atividades econômicas.

A expansão dos mercados impôs às empresas a necessidade de elaboração de demonstrações financeiras baseadas em normas e critérios uniformes e homogêneos, de forma que os proprietários, os gestores, os investidores e os analistas financeiros de todo o mundo possam se utilizar de informações transparentes, confiáveis e comparáveis em seus processos de tomada de decisões.

A harmonização de normas contábeis é um processo necessário e natural, já que é fato notório a crescente internacionalização e globalização dos negócios, trazendo como provável consequência o requerimento maciço de informações de natureza contábil, com um conteúdo claro e bem compreendido por todos os usuários.

Para Guadalupe Dias, uma das coordenadoras do curso de Pós Graduação da FUMEC, certamente o padrão internacional de Contabilidade - IFRS, especialmente, tende a nivelar o entendimento quanto à forma de mensuração do patrimônio. Sabidamente, o lucro é uma expressão que dependerá dos parâmetros adotados. Dessa forma, em padrão internacional, eles tendem a uma base mais homogênea. Por outro lado, a prevalência da essência sobre a forma, diga-se de passagem, já prevista na resolução 750/93 do CFC, agora, tende a consolidar-se enquanto aplicabilidade na

divulgação de informações econômicas financeiras. É o realce formal, do valor econômico x valor financeiro, o que, de fato, se espera das Ciências Contábeis (DIAS, 2009).

A uniformização das regras vai dar mais segurança aos investidores na leitura das informações contábeis, confiabilidade das normas de investimentos e, conseqüentemente, dando confiabilidade ao investidor. A leitura dos números e a saúde econômica das empresas serão analisadas de forma uniforme. Poderá haver um equilíbrio no mercado em questão de investimentos.

O estabelecimento de normas contábeis internacionais beneficiará os usuários e preparadores de demonstrações financeiras ao promover consistência, comparabilidade, confiabilidade e maior transparência nas demonstrações financeiras divulgadas pelas empresas ao redor do mundo. Em conseqüência disso, espera-se aumentar os investimentos internacionais, aprofundar o mercado internacional de capitais e reduzir os custos das multinacionais, que divulgam as suas informações sob as mais variadas normas contábeis.

Durante a fase de implantação das IFRS não será notória a redução de custos, ao contrário, teremos um aumento, pois requer a divulgação das informações em uma plataforma do sistema XBRL, que terá um custo de implantação, além dos custos na contratação de consultorias e treinamento de pessoal, a fim de se adequar as normas. Passada essa fase, no futuro acredito que possa ter redução nos custos da divulgação das informações.

O grande desafio é quanto à interpretação das regras, já que é difícil uniformizar normas em países com culturas diferentes, tributações diferentes, além da variável tempo. A uniformização não é tão rápida. Mas acredito que em 2015 tudo estará mais alinhado.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, A. *et al.* *Contabilidade gerencial*. São Paulo: Atlas, 2000.

BALL, R.; KOTHARI, S. P.; ROBIN, A. The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of Accounting and Economics*, v. 29, n. 1, p.1-51, 2000.

BARTH, M; LANDSMAN, W; LANG, M. International accounting standards and accounting. *Quality. Journal of Accounting Research*, v. 46, n. 3, p. 467-498, 2008.

BROWN, V. H. The tension between managerial accounting and financial reporting. *Management Accounting*, v. 68, n. 11, p. 39-41, 1987.

CARVALHO, L. N.; LEMES, S.; COSTA, F. M. C. *Contabilidade internacional*. São Paulo. Atlas, 2006.

CHEVALIER, G. Should accounting practices be universal? Different needs for different creeds. In: BLAKE, J.; HOSSAIN, M. *Reading in international accounting*. London: Thomson, 1996.

DASKE, H. *et al.* Mandatory IFRS reporting around the world: early evidence on the economic consequences. *Journal of Accounting Research*, v. 46, n. 5, p. 1085-1142, 2008.

DELOITTE. *Normas internacionais de contabilidade – IFRS*. São Paulo: Atlas, 2006.

- DELOITTE. *IFRS ao seu alcance*. 2009. Disponível em: <<http://www.deloitte.com/assets/Dcom-Brazil/Local%20Assets/Documents/IFRS%20pocket%202009.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2009.
- DIAS, Guadalupe Machado. Belo Horizonte, Brasil, dez. 2009. Entrevista concedida a Renata Sousa.
- FRY, E. *Merits of switch still under debate*. Disponível em: <<http://find.galegroup.com/itx/start.do?prodId=AONE>>. Acesso em: 17 dez. 2009.
- GADEA, J. A. L.; GASTÓN, S. C. *Análisis internacional de la información contable*. Madrid: Pirâmides, 1998.
- HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.
- HORNGREN, T.; SUNDEM, G.; STRATTON, W. *Contabilidade Gerencial*. São Paulo: Prentice Hal, 2004.
- HUGHES, J. *CEOs need to take account of IFRS*. 2008. Disponível em: <<http://find.galegroup.com/itx/start.do?prodId=AONE>>. Acesso em: 17 dez. 2009.
- IUDÍCIBUS, S.; CARVALHO, L. N. Porque devemos ousar em contabilidade. *Boletim do Ibracon*, n. 276, p. 5, 2001.
- JOSEPH, N. *et al.* External financial reporting and management information: a survey of U.K. *Management Accounting Research*, v. 7, n. 1, p. 73-93, 1996.
- LEMES, S.; CARVALHO, L. N. Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 2004. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 2004.
- LEMES, S.; CARVALHO, L. N. Efeito da convergência das normas contábeis brasileiras para as normas internacionais do IASB. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, São Paulo, 2004. *Anais...* São Paulo: [s.n.], 2004.
- NIYAMA, J. K. *Contabilidade internacional*. São Paulo: Atlas, 2005.
- NOBES, C. W. *GAAP 2000: a survey of national accounting rules in 53 countries*. London: Price Waaterhouse e Coopers, 2000.
- PEARLSTEIN, S. Accounting critic Robert Kaplan. [s. n.], v. 10, n. 4, p. 54-67, 1988.
- RADEBAUGH, L. H.; GRAY, S. J. *International Accounting and Multinational Enterprises*. 3rd ed. New York: Jonh Wiley and Sons, 1993.
- SLOAM, R. G. Financial Accounting and Corporate Governance: a discussion. *JAE Rochester Conference*, v. 4, p. 15, April 2000.
- TAYLOR, P. *A single standard makes sense for global business*. 2008 Disponível em: <<http://find.galegroup.com/itx/start.do?prodId=AONE>>. Acesso em: 10 dez. 2009.

TOMS, S. Financial control, management control and accountability: evidence from the British Cotton Industry, 1700-2000. *Accounting, Organization and Society*, v. 30, p. 627-653, 2005.

TURNER, J. International harmonization: a professional goal. *Journal of Accountancy*, p. 58-66, January 1983.